



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

OF/CTL/CC nº 220/2012

Curitiba, 04 de janeiro de 2012

D. L.

Fls. 02

PROPOSIÇÃO VETO Nº 010/12.

I – À DAP para leitura no expediente

II – A DL para providências

Em 23/01/2012

Senhor Presidente

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 253/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 315/2011, por considerar a parte vetada inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 315/11, de iniciativa parlamentar, tem por escopo dispor sobre o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas para a prática de esportes aquáticos.

Inicialmente, insta salientar que Projeto de Lei em análise não possui nenhum óbice no que tange a sua constitucionalidade.

No entanto, o art. 2º deste Projeto de Lei estabelece que os detentores do direito de explorar os lagos, lagoas, e represas deverão apresentar, em um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, um plano de ocupação disciplinando o uso.

Sendo assim, nunca é demais observar que o documento não aponta diretrizes e conteúdo mínimo do plano e não define o processo de análise crítica e aprovação. Ressalta-se que a Resolução CONAMA 302/2002, que dispõe sobre áreas de preservação permanente e regime de uso do entorno dos reservatórios artificiais, em seu art. 4º, determina que o empreendedor, no procedimento de licenciamento ambiental, deve apresentar um plano ambiental de conservação e uso do reservatório, cabendo ao órgão ambiental aprovar, considerando o plano de recursos hídricos e consultando o comitê de bacia hidrográfica.

Portando, no âmbito nacional já existe um diploma legal aborde este tema, definindo responsabilidades, sendo desnecessária uma norma estadual para tanto.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot.º 11.020.706-9

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 04 FEV. 2012

1º Secretário



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

D. L.

Fls. 03

Desta forma, veto o artigo 2º do Projeto de Lei 315/11.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a elevada consideração dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO



Lei nº. 17048

Data 04 de janeiro de 2012

Súmula Dispõe sobre o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas para a prática de esportes aquáticos.

A Assembleia Legislativa do Estado Do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica permitido o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas do Estado do Paraná, destinadas à captação de água para abastecimento, para a prática de esportes aquáticos que não utilizem motor de combustão por hidrocarboneto.

Art. 2º ... Vetado...

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 04 de janeiro de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Publicada no Diário Oficial
Nº 8636 de 23/01/12
Republicada no Diário Oficial
Nº _____ de ____/____/____

Jonel Nazareno Iurk
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil

Rasca Rodrigues
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 315/11 **(Autoria do Deputado Rasca Rodrigues)**

Dispõe sobre o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas para a prática de esportes aquáticos.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas do Estado do Paraná, destinadas à captação de água para abastecimento, para a prática de esportes aquáticos que não utilizem motor de combustão por hidrocarboneto.

Art. 2º Os detentores do direito de explorar esses lagos, lagoas e represas de abastecimento deverão apresentar um plano de ocupação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias disciplinando o uso, onde seja prevista a proteção e defesa do meio ambiente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

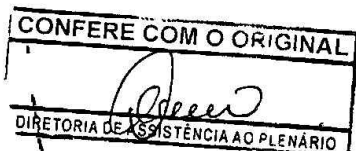
Palácio Dezenove de Dezembro, em 13 de dezembro de 2011.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado REINHOLD STEPHANES JUNIOR
3º Secretário

RCP/GCS/TSC/SMM





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 315/11

fls.2.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo permitir o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas, destinados à captação de águas para o abastecimento da população, para a prática de esportes que não utilizem motores de combustão por hidrocarbonetos.

A importância de tal iniciativa se deve ao fato de que, ao qualificar um novo espaço para a prática de esportes e lazer, pretende-se incentivar igualmente o surgimento de uma nova sensibilidade ambiental, através da consciência da necessidade de manter limpas as fontes de captação de água.

Igualmente importante, a prática desses esportes em águas represadas contribui para a sua movimentação, fazendo com que a aeração (transferência de ar para água, aumentando os teores de oxigênio e nitrogênio e, simultaneamente, reduzindo os teores de gás carbônico, gás sulfídrico, cloro, metano e substâncias aromáticas) aconteça de forma induzida e necessária para a qualidade das águas.

Ao mesmo tempo, ao frequentar tais espaços, a própria população transforma-se em fiscal do meio ambiente, coibindo e denunciando possíveis fontes poluidoras.

Para tanto, na certeza do valor da presente proposta, pede-se o apoio dos Senhores e Senhoras Parlamentares.

CONFERE COM O ORIGINAL


RETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 010/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 010/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 220/2012

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 315/11, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues que dispõe sobre o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas para a prática de esportes aquáticos.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

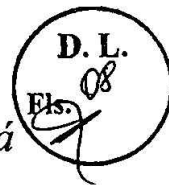
O projeto de lei nº 315/11, de autoria do Deputado Estadual Rasca Rodrigues, que dispõe sobre o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas para a prática de esportes aquáticos, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 315/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **15 de dezembro de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 010/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **04 de janeiro de 2012**, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

OF/CTL/CC nº 225/2012

Curitiba, 09 de janeiro de 2012



PROPOSIÇÃO VETO Nº 011/12.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – A DL para providências.

Em, 23/01/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 290/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 260/2011, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 260/11, de iniciativa parlamentar, tem por escopo estabelecer normas para a utilização de sacos e sacolas plásticas pelos estabelecimentos comerciais e órgãos públicos situados no Estado do Paraná.

Inicialmente, oportuno salientar que o projeto de Lei em comento obriga que os estabelecimentos comerciais situados no Estado do Paraná que utilizam sacolas plásticas, somente poderão disponibilizá-las se forem fabricados, exclusivamente, com matérias-primas biodegradáveis derivadas, total ou parcialmente, de fontes de origem renovável natural.

Desta forma, com essa exigência, os estabelecimentos que utilizam as sacolas plásticas deverão atender às exigências da Lei, adquirindo sacos plásticos fabricados com matérias-primas biodegradáveis derivadas, notoriamente mais caras dos que as sacolas comuns. Sendo assim, os estabelecimentos comerciais provavelmente não irão arcar com mais esse custo, repassando este aumento ao consumidor.

Ainda, ao propor a substituição das sacolas convencionais pelas biodegradáveis, o projeto de lei gera no imaginário das pessoas a falsa ideia de que as novas embalagens poderiam ser descartadas sem qualquer dano ao meio ambiente, o que não é verdade. Essas embalagens supostamente biodegradáveis são plásticos oxidegradáveis ou fragmentáveis, que recebem aditivos químicos para acelerar o processo de degradação.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.º 11.353.756-6

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 07 FEV. 2012
1º Secretário



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL



Assim, diante de todo o exposto, entendemos que o Projeto de Lei ora em análise é contrário ao interesse público.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

04
8

Projeto de Lei nº 260/11 (Autoria do Deputado Caíto Quintana)

Estabelece normas para a utilização de sacos e sacolas plásticas pelos estabelecimentos comerciais e órgãos públicos situados no Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais situados no Estado do Paraná que utilizem sacos ou sacolas plásticas somente poderão disponibilizá-los se forem fabricados, exclusivamente, com matérias-primas biodegradáveis derivadas, total ou parcialmente, de fontes de origem renovável natural.

Parágrafo único. Entende-se por matéria-prima biodegradável aquela que apresenta biodegradação por processos biológicos, em condições naturais adequadas, atendendo aos seguintes requisitos:

I – biodegradação em, no máximo, 18 (dezoito) meses;

II – o material utilizado deve se biodegradar em, no mínimo, 70% (setenta por cento);

III – resíduos finais que não sejam tóxicos ou danosos ao meio ambiente e que resultem em gás carbônico, água e biomassa.

Art. 2º Os sacos e sacolas plásticas mencionadas no art. 1º deverão ser confeccionados com material resistente e que suporte o peso dos produtos.

Art. 3º Os estabelecimentos de que trata o art. 1º, terão o prazo de 01 (um) ano para se ajustarem aos termos desta Lei.

Art. 4º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 15 de dezembro de 2011.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 011/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 011/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 225/2012

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 260/11, de autoria do Deputado Caíto Quintana que estabelece normas para a utilização de embalagens pelos supermercados, estabelecimentos congêneres e o comércio em geral.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

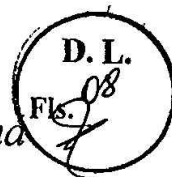
O projeto de lei nº 260/11, de autoria do Deputado Estadual Caíto Quintana, que estabelece normas para a utilização de embalagens pelos supermercados, estabelecimentos congêneres e o comércio em geral, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo contrário ao interesse público.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 260/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **20 de dezembro de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 011/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **09 de janeiro de 2012**, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CÉSAR SILVESTRI FILHO
RELATOR



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

OF/CTL/CC nº 218/2012

Curitiba, 04 de janeiro de 2012

D. L.

Fls. 02

PROPOSIÇÃO VETO Nº 012/12

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em 23/01/2012

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 252/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 291/2011, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 291/11, de iniciativa parlamentar, tem por escopo estabelecer a obrigatoriedade dos Hospitais do Estado do Paraná de afixar, em lugar visível, a lista dos médicos plantonistas e do responsáveis pelo plantão.

Em que pese a nobre intenção da parlamentar estadual, a Constituição do Estado, em seu art. 66, elenca os casos em que o processo legislativo é deflagrado pelo Chefe do Poder Executivo. Vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (Grifo nosso)

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot.nº 11.353.602-05

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 FEV. 2012

1º Secretário



Assim, da simples leitura do art. 66, II da Constituição Estadual, torna-se clarividente que a competência para legislar acerca das atribuições das Secretarias de Estado, qual seja, da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, responsável pela *"programação, orientação normativa, condução, coordenação, execução e controle de seu cumprimento por parte das instituições públicas e privadas"*, de acordo com o Decreto 2270/1987, é de competência privativa do Governador do Estado. Não pode o legislador estadual dispor sobre a matéria suso citadas, sob pena de violação do princípio basilar de nosso ordenamento jurídico, qual seja, da Separação dos Poderes, imortalizado por Montesquieu em sua obra "O Espírito das Leis" e transcrito no art. 2º de nossa Carta Magna, a saber:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Desta forma, hodiernamente, podemos afirmar que a doutrina da separação dos poderes traduz-se em fórmula de organização da estrutura política do Estado, mediante a qual as funções de governo são atribuídas a órgãos autônomos, porém de modo não exclusivo, de sorte que é assegurado um mútuo controle e um funcionamento harmonioso, tendente à realização da vontade geral, sempre respeitada a autonomia de cada um dos Poderes.

Ainda, ao cometer essa ingerência sobre o Poder Executivo, o membro da Assembleia Legislativa incorre no vício de iniciativa, ou seja, na inconstitucionalidade formal subjetiva.

Inconstitucionalidade Formal Subjetiva diz respeito à fase introdutória do processo legislativo, em que é desencadeado, por meio da iniciativa, o procedimento de elaboração das espécies normativas. Qualquer espécie normativa elaborada a partir de iniciativa viciada, isto é, a partir de projeto de lei apresentado por quem não tenha competência, padecerá de inconstitucionalidade formal.

Assim, a presente proposta de lei incorre em inconstitucionalidade, pois não cabe a membro desta Casa de Leis tal propositura que, como suso citado, é de competência do Poder Executivo.

Nesta mesma esteira, a posição do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA. 1. Compete privativamente ao Governador do Estado, pelo princípio da simetria, a direção superior da administração estadual, bem como a iniciativa para propor projetos de lei que visem criação, estruturação e atribuições de Secretarias e órgãos da administração pública (CF, artigos 84, II e IV e 61, § 1º, II, e). 2. Hipótese em que o projeto de iniciativa



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL



parlamentar, transformado em lei, apresenta vício insanável caracterizado pela invasão de competência reservada ao Poder Executivo pela Constituição Federal. Medida cautelar deferida. (ADI 2646 MC / SP - SÃO PAULO MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA Julgamento: 01/07/2002, Órgão Julgador: Tribunal Pleno). (Grifo nosso)

Saliente-se que a sanção do Chefe do Poder Executivo eventualmente aposta à proposição não sana o vício. Corroborando este entendimento o Supremo Tribunal Federal:

"A sanção do projeto de lei não convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa. A ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade. Insubsistência da Súmula 5/STF. Doutrina. Precedentes." (ADI 2.867, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 3-12-2003, Plenário, DJ de 9-2-2007.)

Assim, diante do sobejamente demonstrado, tem-se que a proposição em comento é inconstitucional.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO



Projeto de Lei nº 291/11

(Autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk)

Estabelece a obrigatoriedade dos Hospitais do Estado do Paraná de afixar, em lugar visível, a lista dos médicos plantonistas e do responsável pelo plantão.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Ficam os hospitais, casas de saúde, prontos-socorros e ambulatorios localizados no Estado do Paraná obrigados a divulgar em local visível, nas entradas principais e de acesso ao público, o nome completo do médico, número do registro profissional, especialidade, bem como os nomes dos responsáveis administrativos e dos médicos responsáveis pela chefia de plantão, além dos dias e horários dos plantões médicos.

Art. 2º O descumprimento das obrigações estabelecidas na presente Lei sujeitará o infrator às mesmas sanções administrativas previstas no art. 56, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 13 de dezembro de 2011.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRO GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury D. L.

Fls 11

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 012/12

Proposição de veto nº. 012/12

Autor: Poder Executivo – ofício nº. 218/12

PREFÁCIO

O projeto de lei nº 291/11, de autoria do Deputado Estadual Edson Praczyk, que estabelece a obrigatoriedade dos hospitais do Estado do Paraná a afixar, em lugar visível, a lista dos médicos plantonistas e do responsável pelo plantão, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considera-lo inconstitucional.

EMBASAMENTO JURÍDICO

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve veta-lo, em até quinze dias úteis, contados da data de recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto (...)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 12

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 291/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 15 de dezembro de 2011, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 012/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná na data de 04 de janeiro de 2012, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se FAVORÁVEL ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 14 de fevereiro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR